

Nº 1/21 - PLENÁRIO

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ESPECIAL DE DOIS MIL E VINTE E UM DO PLENÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE SETEMBRO, SOB A PRESIDÊNCIA DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN.

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às quinze horas e trinta minutos, na sala das sessões “FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR”, o senhor presidente, conselheiro RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN, declarou aberta a 1ª Sessão Plenária Especial deste Tribunal do corrente exercício, convocada nos termos do artigo 63, inciso V, do Regimento Interno desta Corte, conforme Decisão Plenária nº 12/2021, aprovada em 14 de setembro do corrente, para conceder Colar do Mérito da Corte de Contas Manuel Moreira Camargo ao excelentíssimo senhor presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Humberto Martins e ao conselheiro substituto aposentado deste Tribunal de Contas, conselheiro João Luiz Cotta Lovatti, em comemoração aos 64 anos desta corte de Contas. Integrando o Plenário estiveram presentes os senhores conselheiros DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER, SÉRGIO MANOEL NADER BORGES, RODRIGO COELHO DO CARMO e LUIZ CARLOS CICILIOTTI DA CUNHA. Presentes, ainda, a senhora conselheira substituta MÁRCIA JACCOUD FREITAS, o senhor conselheiro substituto MARCO ANTONIO DA SILVA, o Ministério Público de Contas - MPEC, na pessoa do senhor procurador-geral LUIS HENRIQUE ANASTÁCIO DA SILVA, e LUCIRLENE SANTOS RIBAS, secretária-geral das

sessões em substituição. – **COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA** – O senhor presidente, conselheiro RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN, inicialmente, convidou todos a ouvir o Hino Nacional Brasileiro. Após a execução do hino, sua excelência agradeceu as presenças do excelentíssimo ministro Humberto Martins, do excelentíssimo desembargador Ronaldo Gonçalves de Sousa, presidente do Tribunal de Justiça; do juiz e destacado magistrado senhor Sérgio Ricardo de Souza; do juiz federal, diretor do Fórum Judiciário do Espírito Santo, doutor Fernando Mattos; do senhor Jadson Santana, secretário-geral, representando o presidente da OAB, do doutor Dr. José Carlos Risk; do doutor Edmar dos Anjos; e do Prefeito Luciano Miranda Salgado, representando a AMUNES, Associação dos Municípios; bem como de todos os amigos e familiares do conselheiro substituto aposentado João Luiz Cotta Lovatti, tecendo considerações sobre o papel do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. Após a exibição de um vídeo institucional sobre os 64 anos do TCEES, o senhor presidente, conselheiro RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN, convocou o senhor conselheiro DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER e a senhora conselheira em substituição MÁRCIA JACCOUD FREITAS para entregarem ao senhor conselheiro substituto aposentado JOÃO LUIZ COTTA LOVATTI o Colar do Mérito da Corte de Contas Manuel Moreira Camargo. Em seguida, o senhor presidente, conselheiro RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN, passou a Presidência ao senhor conselheiro vice-presidente DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER que convidou o juiz Sérgio Ricardo, representando a magistratura, para, juntamente com o presidente desta Corte de Contas, entregar ao ministro presidente do STJ o Colar do Mérito da Corte de Contas Manuel Moreira Camargo. Após as homenagens, o senhor presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Humberto Martins, e o senhor conselheiro substituto aposentado deste Tribunal de Contas João Luiz Cotta Lovatti, apresentaram os seus agradecimentos e, antes do encerramento da sessão, o desembargador Ronaldo Gonçalves de Sousa, presidente do TJEES também se manifestou, tudo conforme notas taquigráficas a seguir listadas: **“O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN – Em posição de respeito, vamos ouvir o Hino Nacional Brasileiro. (é entoado o Hino**

Nacional Brasileiro) *Gostaria de agradecer imensamente a presença do Ministro Humberto Martins. Para nós, é uma honra enorme tê-lo, aqui, conosco. Agradecer a presença do excelentíssimo desembargador Ronaldo Gonçalves de Sousa, presidente do Tribunal de Justiça. Presidiu o TJ em meio a pandemia; não é uma tarefa fácil. Trabalhamos, ombro a ombro, esses desafios. Mas parabéns pela condução que vossa excelência tem dado ao Tribunal de Justiça! Cumprimento o juiz e destacado magistrado, respeitado por todos nós, um grande amigo, juiz Sérgio Ricardo de Souza. Cumprimento o juiz federal, diretor do Fórum Judiciário do Espírito Santo, doutor Fernando Mattos; senhor Jadson Santana, secretário-geral; representando o presidente da OAB, doutor Dr. José Carlos Risk, o doutor Edmar dos Anjos; e representando a AMUNES, Associação dos Municípios, o Prefeito Luciano Miranda Salgado. Muito obrigado a todos! Agradeço também a presença de todos os amigos e familiares do doutor João Luiz, que sei que estão aqui acompanhando. O Tribunal está fazendo 64 anos. A função de controlar e de promover a accountability é atribuída especificamente às instituições independentes que recebem a competência constitucional de examinar as ações, produzir informações, análises, avaliações e opiniões de caráter legal e técnico sobre a ação governamental. Além disso, são responsáveis pela aferição de limites e aplicação de sanções aos agentes que atuarem de forma contrária às leis. A finalidade tradicional desses órgãos de controle, que se convencionou chamar de Entidades de Fiscalização Superior, é de assegurar que a Administração Pública atue em consonância com os princípios que lhe são impostos pelo ordenamento jurídico, cuja finalidade principal é a de defender os interesses da coletividade. A ideia de Estado Democrático de Direito é inseparável da ideia de controle, visto que, para que haja Estado de Direito, é indispensável que exista instituições e mecanismos hábeis para garantir a submissão à lei. Aqui, vou fazer um parêntese. A humanidade, desde os tempos remotos, quando começaram a se organizar em vilas, cidades, comunas, veio também a necessidade de fazer o controle do que era público. Então muitas fases históricas, nessa caminhada civilizatória, a humanidade passou. Mas há dois marcos históricos, e um deles é uma obra, que eu ganhei desse magistrado, que é muito querido por nós, doutor Sérgio Ricardo, um federalista, aquele conjunto de*

artigos, os 85 artigos, dos arquitetos da Constituição Americana, que lá, em 1787, já falavam da importância do controle. E eu, doutor Sérgio, destaquei aqui um trecho do artigo 51. São 81 artigos que visavam a ratificação da Constituição Americana. Mas esse é muito interessante. De autoria de James Madison, que veio a ser o quarto presidente americano. Diz ele: “Os interesses pessoais serão associados aos direitos constitucionais. Talvez seja um reflexo da natureza humana que tais expedientes tenham validade para o controle dos abusos do governo. Mas afinal o que é o próprio governo se não o maior de todos os reflexos da natureza humana? Se os homens fossem anjos, não seria necessário haver governos. Se os homens fossem governados por anjos, dispensar-se-iam os controles interno e externos. Ao constituir-se um governo integrado por homens, que terão autoridade sobre outros homens, a grande dificuldade está em que se deve, primeiro, habilitar o governante a controlar o governado, e, depois, obriga-lo a controlar-se a si mesmo”. Então essa reflexão foi feita há mais de dois séculos. Então isso foi um marco histórico pra organizar o mundo ocidental da forma que ele se colocou, Estado Democrático de Direito na maior parte dos países. Outro marco histórico foi a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, já há dois anos depois, 1789. Que no seu artigo 15, também tem muito a ver com o nosso papel, disse o seguinte, estabeleceu, positivou: “a sociedade tem o direito de pedir contas a todo agente público pela sua administração”. Então esses dois marcos, tanto a Constituição Americana como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, iluminaram a formação das Constituições mundo afora. Aqui, no Brasil, a primeira disposição real sobre a composição dos Tribunais de Contas deu-se no Decreto 966-A, de 7 de novembro de 1890, em cuja Exposição de Motivos, elaborada por Rui Barbosa, falava-se da criação de um Tribunal de Contas, corpo de magistratura intermediária à administração e à legislatura que, colocado em posição autônoma, com atribuições de revisão e julgamento, cercado de garantias contra quaisquer ameaças, possa exercer as suas funções vitais no organismo constitucional. A instituição desse organismo foi efetuada pelo próprio Rui Barbosa, no Texto da Constituição, aprovada pela Assembleia Constituinte de 1891, onde foi estatuída a norma do artigo 89: “É instituído um Tribunal de Contas para liquidar as contas da receita e

despesa e verificar a sua legalidade, antes de serem prestadas ao Congresso. Os membros desse Tribunal serão nomeados pelo Presidente da República, com aprovação do Senado, e somente perderão os seus lugares por sentença”. Desde a criação do Tribunal de Contas no Brasil, todas as outras Constituições - a de 1891, no artigo 89; a de 1934, artigo 100; a de 1937, artigo 114; a de 1946, artigo 76, e a de 1967, no artigo 73 - todas elas contemplaram e deram uma estatura bastante relevante para o Tribunal de Contas por conta desse sentido de controle, de necessidade de controle. Já o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo foi criado através da Lei nº 1.287, de 1957, durante o primeiro governo de Francisco Lacerda de Aguiar, com objetivo de orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade. Em seu artigo 3º: “O Tribunal de Contas se comporá de 7 (sete) membros e de 1 (um) Procurador...”, hoje tem três, “...maiores de 30 (trinta) anos, de reconhecida idoneidade moral e capacidade intelectual e 3 (três), pelo menos, bacharéis em Ciências Jurídicas e Sociais”. E o artigo 4º dizia: “Os membros do Tribunal terão a denominação de Juízes que gozarão dos mesmos direitos, garantias e prerrogativas atribuídas aos membros do Poder Judiciário”. A Constituição da República, em seu artigo 71, definiu as competências do Tribunal de Contas da União que, por simetria, aplicam-se às cortes estaduais e municipais, dentre as quais destacam-se: apreciar as contas do presidente da República, do governador, dos prefeitos, e julgar as contas de todos os administradores públicos. O amplo leque de competências outorgado aos Tribunais de Contas no Brasil define a elevada estatura constitucional consagrada pela Carta Magna ao sistema de controle externo. Todavia, especialmente com o advento da pandemia da Covid19, as adversidades do mundo moderno e os meios de resolvê-las são mais numerosos e complexos do que nunca, contexto que pressiona à reinvenção da atuação governamental para agir em rede, no sentido de produzir bens, serviços e políticas públicas em uma “tríplice parceria” entre organizações públicas, privadas e sociais. Portanto, se governar tornou-se mais complicado do que nunca, intrincada, na mesma intensidade, é a tarefa de controlar a gestão pública. Os Tribunais de Contas encontram-se desafiados à reinvenção constante, com uma busca incansável pela inovação de seus métodos de trabalho. Nesse sentido, o secretário geral da OCDE,

em 2015, enfatizou a necessidade de se “fazer mais com menos”. Para ele o controle contemporâneo precisa orientar-se no sentido de trabalhar para além da função tradicional de supervisão: “governos estão sendo responsabilizados não somente pela execução do orçamento público, mas também pela efetividade, pela eficiência e pela economicidade no uso do dinheiro público dos contribuintes. Por meio de seu papel tradicional de controle externo das contas do governo, as Entidade de Fiscalização Superior são um elo essencial na cadeia de prestação de contas e na responsabilização de um país. Contudo, esse não é o único caminho por meio do qual essas entidades podem apoiar a boa governança. Por conseguinte, existe um potencial inexplorado que permite ir além da tradicional função de supervisão e fornecer insumos, por meio de trabalho, para a elaboração de políticas públicas e a tomada de decisões sobre tais políticas. É nesse processo que as Entidades de Fiscalização Superior podem fornecer visões para aprimorar o funcionamento de processos e programas e a previsão para ajudar governos a se adaptarem a futuras tendências e riscos”. E agora, eu vou pedir pra complementar este discurso de boas-vindas, um vídeo de cinco minutos, que resume especialmente os últimos meses de trabalho do Tribunal de Contas, que vai muito nessa linha de controle contemporâneo. Então peço para a assessoria passar o vídeo, por favor. **(é apresentado o vídeo)** Conselheiro Domingos, conselheiro Sérgio Aboudib, conselheiro Ranna, conselheiro Sérgio Borges, conselheiro Rodrigo Coelho, conselheiro Luiz Carlos Ciciliotti, conselheiros substitutos Marco Antonio, Márcia e João Luiz - ainda dá tempo de a gente suspender essa aposentadoria de João Luiz, agora, daqui até o final, quem sabe - e todos os servidores, todos os parceiros terceirizados, realmente a pandemia foi uma prova de fogo para as nossas instituições. E nós interagimos muito, não é presidente? Interagimos muito, aprendemos mutualmente, dividimos estratégias para que as nossas instituições saíssem maiores do que entraram. Esses eventos que marcam a humanidade com muito sofrimento, eles geralmente são seguidos, também, de grandes oportunidades, de transformações tecnológicas, sociais, ambientais, geopolíticas. Então essa tragédia, que trouxe tanto sofrimento ao mundo, ela não pode passar em branco, não pode ser em vão. Então, o mínimo, que as organizações públicas

*devem sair daí com aquele sentido de eficiência mais aflorado. Então eu, agora, vou quebrar um pouco o protocolo. Gostaria de convidar o nosso conselheiro aposentado João Luiz Cotta Lovatti. Por favor! E quebrando o protocolo, eu convido o conselheiro Domingos Taufner e peço licença aos demais conselheiros, e a conselheira substituta Márcia Freitas, peço licença ao conselheiro Marco Antonio para que concedam a homenagem ao conselheiro João Luiz. **(a homenagem é prestada)** Conselheiro João Luiz, que Deus abençoe a sua nova fase de vida! Acho que falamos bastante isso aqui. Mas falar com a presença de sua família, eu tentei resumir, possivelmente, em uma frase, o conselheiro João Luiz honrou a toga, produziu, deu o máximo de si pra que o Tribunal pudesse cumprir a sua missão constitucional. Tenho muito orgulho do trabalho dele! Só ficou uma diferença entre nós, que, por nós, ele não se aposentaria agora. Mas certamente a família tem todo o direito; começou a trabalhar muito cedo, com uma sólida formação acadêmica. Parabéns! Mas sempre estaremos aqui. Sempre que puder passar pelo Tribunal, vem tomar um cafezinho. Será sempre muito bem recebido. Agora, o Ministro Humberto Martins, bacharel em direito pela Universidade Federal de Alagoas, tendo colado grau em julho de 1979; bacharel em administração de empresa pelo Centro de Ensino Superior de Maceió, tendo colado grau em janeiro de 1980, iniciou as suas atividades jurídicas como promotor de justiça no Estado de Alagoas, passando posteriormente à advocacia, tendo sido procurador do Estado de Alagoas. Ocupou a presidência da OAB, 98/2000; reeleito para 2001/2002. E, em 14/06/2006, foi nomeado Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Tendo ocupado as funções de ouvidor, corregedor-geral da Justiça Federal; presidente da Turma Nacional de Uniformização; diretor do Centro de Estudos Judiciário do Conselho de Justiça Federal; diretor-geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Sálvio de Figueiredo Teixeira; presidente da Primeira Seção e Segunda Turma do STJ; vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça do Conselho de Justiça Federal; Corregedor Nacional de Justiça. Atualmente é presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal. Para nós é uma honra! Nesse sentido, eu não vou delegar, passo a presidência ao conselheiro, nosso vice-presidente, conselheiro Domingos Taufner. E vou acompanhá-lo. **O SR.***

PRESIDENTE, CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER – *Gostaria de chamar aqui, em nome da magistratura capixaba, representando a magistratura, o juiz Sérgio Ricardo para estar aqui à frente. Já foi inclusive conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público. (é feita a homenagem)* **O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN** – *Passo agora a palavra ao presidente do STJ. O SR. MINISTRO HUMBERTO MARTINS* – *Boa tarde a todas! Boa tarde a todos! Quero, inicialmente, agradecer ao conselheiro presidente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e aos demais conselheiros pela outorga do “Colar do Mérito da Corte de Contas Manoel Moreira Camargo” do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. Senhor presidente, conselheiro Rodrigo Chamoun, presidente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em seu nome eu estou saudando todo o Tribunal de Contas do Espírito Santo. Excelentíssimo senhor desembargador Ronaldo Gonçalves de Sousa, presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, em seu nome eu quero saudar todo o Judiciário do Espírito Santo. Conselheiro Sérgio Borges, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo; conselheiro Rodrigo Coelho, corregedor do Tribunal de Contas do Estado; conselheiro Luiz Carlos, diretor da Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo; conselheiro Márcia, substituindo o conselheiro Sérgio; conselheiro substituto Marco Antonio da Silva; doutor Luiz Henrique Anastácio da Silva, procurador-geral do Ministério Público Especial de Contas, aqui, eu quero saudar, em seu nome, todo o Ministério Público; conselheiro substituto João Luiz, agraciado. Justa homenagem! Quero também saudar a Justiça Federal do Brasil, em especial a do Espírito Santo, na pessoa do meu querido e dileto amigo, juiz federal Fernando Mattos, diretor do Fórum da Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo, que tanto honra a Justiça do Espírito Santo, tendo dado notável contribuição no Conselho Nacional de Justiça com muita competência, mas, sobretudo, com muito notável saber jurídico. Também quero destacar o juiz auxiliar da presidência do Superior Tribunal de Justiça, juiz Sérgio Ricardo de Souza, que tão bem representou a Justiça do Estado do Espírito Santo, o Conselho Nacional do Ministério Público. Também auxiliou, com muita competência e galhardia, a Corregedoria Nacional de Justiça no período da nossa gestão como*

Corregedor Nacional de Justiça sob a presidência do Ministro Dias Toffoli. E hoje desempenha notável missão ao lado de competentes juízes federais e estaduais, honrando a magistratura do Estado do Espírito Santo junto à presidência do Tribunal da Cidadania, o STJ, e, também junto ao Conselho da Justiça Federal. Dr. Sérgio é exemplo para a magistratura, é exemplo para todos nós! Doutor Jadson Santana, procurador da Fazenda Nacional, secretário-geral do Superior Tribunal de Justiça, em seu nome, eu estou aqui destacando as minhas homenagens a todos os servidores e servidoras de Contas do Estado do Espírito Santo. Senhores, senhoras, amigos e amigas, não poderia deixar de trazer a minha palavra de homenagem a todas as mulheres deste Estado, na pessoa da conselheira Márcia, estou homenageando todas as mulheres presentes e as mulheres do Estado do Espírito Santo. Amigas e amigos do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, fazer o bem e distribuir a justiça é a missão maior daqueles que desempenham missões em prol da justiça, em prol da cidadania, dando a cada um o que lhe é devido. Justiça como constante e perpétua vontade de dar a cada um o que é seu no verdadeiro conceito (palavra inaudível). Fazer a justiça ao pobre e ao necessitado. Tirai-os das mãos dos ímpios, dos injustos, dos agressores, mas no juízo voltará a ser justiça, e não se segui-los todos os retos de coração. Estamos na Casa de Justiça, na Casa de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, vamos distribuir justiça com igualdade, com perfeição, dando e respeitando o direito de cada um. Excelentíssimo conselheiro presidente, Rodrigo Flávio Freire Chamoun, digno presidente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em nome de quem eu tenho a honrosa satisfação de cumprimentar todos os conselheiros e conselheira que integram esta augusta Casa, bem como aos membros do Ministério Público de Contas, e demais autoridades que se fazem presente a este ato. Inicio minhas breves palavras agradecendo a todos os conselheiros e conselheira pela confiança. Espírito Santo, espírito de grandeza, espírito de amor, espírito de justiça! Terra de homens notáveis, terra onde poetas da música, terra de grandes juristas, terra de tradições. Podemos citar entre os maiores da música, o nosso grande rei Roberto Carlos. Citamos Rubem Braga, Eliza Lucinda e tantos outros homens e mulheres que engrandecem a cultura capixaba e a cultura brasileira. Com a sua honra, com a

sua notável sabedoria, com o seu notável talento, conferido nesta oportunidade, a outorga do “Colar do Mérito da Corte de Contas Manuel Moreira Camargo”. O personagem que dá nome à presente homenagem honraria, bem demonstra a sua relevância para este Estado. Pois esse memorável grande jurista e político, capixaba de coração, e mineiro de nascimento, exerceu nestas terras do herói da luta pela independência brasileira Domingos José Martins, coincidência de amor, porque eu amo José Martins. Não, José Martins, no sentido de ser meu pai, mas de ter também semelhança com Domingos José Martins, aquele que tanto honrou as terras capixabas. Os mais importantes cargos públicos podemos destacar, presidente da Câmara de Vereadores de Vitória; deputado estadual; procurador-geral de Justiça do Espírito, mais uma semelhança do meu querido e velho pai. Como diz Roberto Carlos: “Meu querido e velho amigo”. Meu pai foi procurador de justiça e promotor de justiça e do Ministério Público por 47 anos. Foi o meu primeiro chefe. Foi do Ministério Público com vinte anos de idade, ao exercer o primeiro cargo público no Estado de Alagoas. Com muito amor, com muita devoção, mas, sobretudo, com muita responsabilidade. Posso também afirmar que também José Martins foi professor de direito administrativo da Universidade Federal do Espírito Santo, que coincidência com o meu velho pai, professor da Unidade Federal das Alagoas. Como há semelhança de amor entre Alagoas e Espírito Santo através de Vitória. Estamos juntos, unidos de mãos dadas! Alagoas, Espírito Santo, em prol do homem e da mulher brasileira. Posso também ressaltar que a administração do então Prefeito Hugo Borges, saudoso genitor do conselheiro Sérgio Borges, que abrilhanta este Colegiado, Manuel Moreira Camargo foi agraciado com o Estado representando o guará de ouro, pássaro já extinto, e que deu o nome à Cidade de Guarapari, a grande Guarapari. Como reconhecimento por ter realizado mais de 60 conferências em congressos municipalistas, realizados no Brasil e no exterior. Ainda mais, duas qualidades terapêuticas da radioatividade, produzida pelo oxido de tório, presente nas áreas minerais e tão abundante na famosa Praia da Areia Preta. Naquele balneário, como conhecido como a “cidade saúde”, onde o Padre José de Anchieta, tão celebrado no Brasil e no exterior, o grande padre, fundador de São Paulo e um dos grandes homens e notáveis estudiosos e padres, aqui em Vitória, Espírito Santo.

Hoje tivemos, inclusive, na casa do governador, no Palácio, na Casa Padre Anchieta, onde as primeiras escolas aqui, desde o tempo do Império, aqui de Vitória, Espírito Santo. Tão bem cantada e recantada pelo nosso notável estudioso, presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Homem de cultura notável, de uma cultura eurocêntrica, de uma cultura que ultrapassa as fronteiras do Estado. Posso também assim acrescentar que a escolha do nome da homenagem que ora recebo, "Colar do Mérito da Corte de Contas Manuel Moreira Camargo", bem traduz a relevância que esta Corte de Contas dispensa aos homens públicos que cumprem as suas missões com capacidade, com honradez espírito público, fiscalizando financeiramente, contabilmente e orçamentariamente o patrimônio do Estado, dos municípios, das entidades da administração direta e indireta quanto aos seus aspectos da legalidade, da impessoalidade, da legitimidade e da economicidade. E tendo como amparo e apoio, a Constituição Federal, consagrada em um dos seus artigos, o artigo 37, princípio da moralidade e da transparência. Encontra-se registrada com proeminência na identidade organizacional dessa augusta Casa deste Tribunal a visão de ser reconhecido como instrumento da cidadania. A visão institucional do Tribunal de Contas do Espírito Santo, conhecido diretamente com a missão do Superior Tribunal de Justiça, porque o poder deve ser exercido sempre e sempre em nome do povo. Somos apenas, repito com muita alegria e viva voz, somos apenas instrumentos do poder a serviço do público. Proprietário do poder é o cidadão! O cidadão em primeiro lugar! Temos que trabalhar, trabalhar sempre pelo Brasil, pelas pessoas, trabalhar em favor do bem, trabalhar em favor da causa comum, dando à Justiça o seu verdadeiro sentido: que é dar a cada um o que é seu. Temos que trabalhar sempre de mãos dadas. Magistratura, advocacia, Ministério Público, Tribunal de Contas, todos nós, que temos espíritos patrióticos, em favor do Brasil e em defesa da humanidade. Temos que erro espírito grande de sempre buscar o bem. Temos que trabalhar em prol das pessoas e servir o público sem olhar a quem. Sem discriminar ninguém. Homens e mulheres iguais. Iguais, não em razão da lei. Mas em razão desde a criação do mundo. Nascemos do pó, voltaremos ao pó, porque somos iguais. Nascemos iguais, morreremos iguais! Somos apenas semente do bom samaritano, do bom carpinteiro. Trabalhar pelo homem, viver pelo

homem, viver pelo amor em favor de todos! Esse é o espírito cristão. É o espírito da cidadania, da fraternidade e da igualdade: fé, amor e esperança. Vamos vencer nesse tempo da angústia, tenho a certeza. E grito em alta voz: vamos vencer a pandemia! Vamos vencer a pandemia porque Deus está no controle! Tudo passa. Só não passa a misericórdia de Deus. Deus está conosco, e o Espírito Santo de Deus, o Espírito Santo da Vitória do Estado do Espírito Santo está com todos nós. Porque Deus é misericórdia! Deus é amor! E após a pandemia, Deus vai deixar uma grande semente: a semente da reflexão. Onde devemos amar as pessoas, fazer o bem, amar a família, amar o próximo, construir o amor. E quando perguntaram a Paulo: “O que se faz para ser um bom homem? Distribuir o amor. Viver o amor. Porque eu já não vivo em mim, apenas e o todo, Cristo vive em mim em favor do homem, em favor de todos”. Encerro as minhas palavras dizendo: o amor é altruista, o amor não maltrata, o amor não subestima, não procura interesses, não se ira, não guarda rancor. O amor é o bem. O amor é o servir. O amor (inaudível) quando amamos as pessoas e não queremos saber o porquê de cor, de raça, nem posição, porque somos iguais. Que Deus ilumine a justiça em favor do bem e dos homens! Que Deus ilumine esta Casa!

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN – *Muito obrigado! Parabens! Nós nos sentimos honrados. Primeira vez, 64 anos de idade, que vem o presidente do Superior Tribunal de Justiça. E fomos agraciados com uma fala que veio do fundo do coração neste momento de tanto sofrimento por qual passa a humanidade. O senhor ficará, também, em nossos corações! Eu preciso fazer mais uma adequação por conta da agenda do ministro, aqui no roteiro do nosso evento. Nós temos a fala do conselheiro substituto, mas eu gostaria de fazer logo, eu peço licença pra vossa excelência, pra fazer uma foto oficial, com a presença do presidente do Superior Tribunal de Justiça; com presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Ronaldo; com os conselheiros. Aí, depois, nós voltamos pra poder liberar o ministro e sua equipe. E depois voltamos a seguir o curso normal do nosso evento. Podemos fazer assim?*

O SR. CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOÃO LUIZ COTTA LOVATTI – *Presidente, pela ordem! Eu sou engenheiro de formação, mecânico, com outras formações posteriores. Sou muito objetivo, então eu vou até declinar das minhas*

palavras e colocar também o agradecimento. O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN – A gente não abre mão não de ouvir. Tem todos os servidores que te amam muito, que querem ouvir o que vossa excelência falará. Então se não tiver problema, é só por isso, por conta de evento, tá bom? O SR. MINISTRO HUMBERTO MARTINS – Presidente, eu vou pedir pra quebrar o protocolo por um minuto. Eu lhe desejo, em razão do seu trabalho profícuo, pelo o que eu vi na presidência, pela sua iluminação, na construção do bem querer desta Casa, dizer a vossa excelência, com certeza, Deus irá lhe conduzir em todas as suas missões, seja aqui ou fora dela. Uma missão sempre em paz e harmonia de crescimento. Porque quem faz o bem, costrói o bem. E o senhor é um homem de bem. E diz Djavan, em sua musica “o bem querer”. Com certeza vossa excelência é o bem querer desta Casa. Que seja feliz! O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN – Vamos ali pra tirar uma foto. (é feita a organização para foto oficial) Passo a palavra ao conselheiro João Luiz Cotta Lovatti. O SR. CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOÃO LUIZ COTTA LOVATTI – Senhor presidente, senhoras e senhores, esta homenagem que me foi prestada, com a concessão dessa medalha, ela tem mais a ver com a generosidade de vossas excelências do que efetivamente com o trabalho que eu desempenhei. Por que eu digo isso? Porque depois de dezoito anos aqui no Tribunal de Contas, eu sinto que eu poderia ter feito um trabalho melhor e talvez contribuído bem mais do que eu fiz nesses anos de trabalho. Me preocupa muito, no desenrolar do trabalho, por quê? Como eu fiz um breve comentário antes, como eu tenho uma formação de ciências exatas, e pelo fato de ter trabalhado alguns anos como engenheiro, e depois, quando eu faço essa opção de vir pra um cargo onde você é admitido por meio de um concurso público, quer dizer, você estabelece uma questão de mérito. Mas isso também significa uma certa armadilha que o tempo vai demonstrando pra gente. Porque, quando se vem através de um concurso público, e viemos aqui alguns de nós, nós também, muitas vezes, trazemos uma carga de que a gente sabe muito. E muitas vezes a gente não sabe e ... Então neste tempo que aqui estive foi mais de aprendizado. Talvez eu tenha mais recebido do que dado. Por isso que saio, inicialmente, com um sentimento de que eu poderia talvez fazer

uma contribuição. Porque, a cada dia que passa, você vai num amadurecimento e também num aprendizado. Nós, aqui, aprendemos a conviver com pessoas de formações diferentes. E dada a peculiaridade de formação dos Tribunais de Contas, seja pela origem das pessoas de diferentes seguimentos, nos meios políticos, administrativos, da administração pública, mas também com formações diferentes em termos de formações acadêmicas diferentes, à medida que a peculiaridade do Tribunal também está associada à essa multitudine de formação. Então isso acaba formando um cálculo que ele também permite que a gente melhore em todas as relações, não só a profissional, mas até no campo pessoal e social. Combina isso numa angústia que eu não sentia mais. Porque enquanto você é engenheiro, você tem uma determinação de fazer, de tomar uma decisão baseada numa visão cartesiana, e quando você vem pra um Órgão Colegiado, você tem a condição de decidir sobre as pessoas, a gente já traz uma visão de contraditório, que você não tinha antes. Então é uma dificuldade muito grande você superar isso. Como falei, você fazendo isso, combinado com o que você se sente, quando foi admitido através de um concurso que você tem um conhecimento, talvez superior àqueles outros, acaba levando você, com o passar do tempo, adquirindo conhecimento, e vai formando. E começa respeitar as posições. Existe também a angústia de todo magistrado. E fico sempre a imaginar, quando nós proferimos um voto ou preparamos um relato pra proposta de voto, das repercussões que você tem sobre aquilo que você coloca. Nós aqui, como Órgão Colegiado, ainda temos a possibilidade de um colega apresentar um voto-vista, um voto vogal, e você também, na discussão que segue a apresentação da proposta de voto, você tem a condição de que você possa mudar ou evoluir naquela linha de pensamento. Fico a imaginar um juiz de uma comarca, onde você tem que tomar uma decisão. E muitas vezes você não tem com quem conversar. Você só tem aquilo que tá colocado sobre sua mesa, do processo, e que você tem que decidir sobre aquilo. Nós, aqui, temos o impacto do interesse público, que envolve as ações e atividades da administração pública estadual e municipal. E reflete na vida das pessoas, mas muitas vezes indiretamente. O presidente passou um vídeo, a questão que envolve nossa atividade em relação ao controle da pandemia e (inaudível). Muitas pessoas as

peessoas não têm uma visão de impacto direto daquilo que foi (inaudível). Mas nós, enquanto Tribunal de Contas, enquanto julgadores, as nossas posições acabam refletindo na vida das pessoas. Eu sempre lembro do conselheiro Sérgio Aboudib, quando colocava: “aonde está o interesse público?”. É o caminho que a gente quer perseguir. E esse é o caminho que, talvez, a gente tem que persistir. A forma como a gente vai alcançar o interesse público ... Às vezes... talvez mais rigoroso em determinadas ações... e pra atingir esse interesse teria, talvez (inaudível). Outros, às vezes, tinham uma posição que você poderia compatibilizar aquelas ações com outras. E, por sua vez também com o objetivo de alcançar aquele mesmo interesse. Então é isso que foi o aprendizado maior que eu tive aqui, essa possibilidade da gente conseguir colocar as ideias da gente. E você, também, mesmo que ela não prevalecesse como uma decisão final do Tribunal, mas ela também permite que você coloca uma semente de discussão. E que muitas vezes ela também reverte. Quantas vezes eu tinha uma posição que, depois, acabou revisando por determinado passar do tempo. Talvez quando eu olho um material que foi produzido, há quinze anos, num voto que posso olhar, e vê que houve uma alteração lá com a visão que você tinha daquele fato. Então é esse agradecimento que faço em relação aos senhores, com essa medalha, como como falei, mas ela, na verdade, o maior ganho que tive no Tribunal de Contas foi o aprendizado. E também, como Órgão Colegiado, a gente também aprende que este Colegiado estende-se a nossa área que nos dá o suporte, seja dos gabinetes, seja na área técnica, em qualquer área, o pessoal que cuida da comunicação, de limpeza. Então tudo isso faz parte desse conjunto que a gente está aqui, comemorando hoje, com 64 anos de Tribunal de Contas. Quer dizer, o Tribunal de Contas não se resume aqui, no controle no colegiado, mas se estende a todas as atividades. Então nesse ponto, dessa honraria, ela vai pro pessoal do meu gabinete, quer dizer, foi muito importante desenvolver essa atividade. É Adriane, que era chefe de gabinete; tem a Simone; tem o Ricardo; tem a Carla; tem a Heloiza. São pessoas que eu tenho, assim, uma gratidão muito grande por ter permitido que eu desempenhasse essa atividade. E a minha família, que aqui está. Minha mãe; minha esposa; Regina, minha irmã; Marilzaa, minha irmã; meu filho, João Pedro. Presidente, eu não quero

ser traído muito pelas emoções. Eu não me preparei, talvez, pra falar. Mas era só um agradecimento pra vossas excelências. Mas só deixar um muito obrigado! Eu falei do dístico da nossa bandeira, então é isso, trabalhar, confiar e seguir adiante. Obrigado, presidente!

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN – *Agradecemos a presença de todos! Nosso presidente do Tribunal de Justiça, que também prestou um concurso difícil pra carreira da magistratura. Mas essas duas carreiras, procurador de contas e conselheiro substituto, eles passam por uma prova de fogo com muitas disciplinas. Muitos ramos do direito; mas também tem na prova economia, administração, contabilidade. Então realmente é uma prova muito difícil. É uma prova de fogo. Assim, está entre os concursos mais duros do país. E essa reflexão, no alto da sabedoria de quem exerceu o cargo, por quase vinte anos, tendo passado pela iniciativa privada. Tem o setor público também, não é, no Tribunal de Justiça? Foi servidor no Tribunal de Justiça, também passou pelo Tribunal de Justiça. E essas reflexões, conselheiro João Luiz, são muito importantes. De fato, esse trabalho em Colegiado, num órgão tão peculiar, tão multidisciplinar, há pouco tempo nos debruçávamos apenas para verificação da legalidade. Hoje, precisamos nos debruçar sobre a efetividade das políticas públicas. Mais recentemente sobre as políticas públicas colocadas em curso pra vencer a pandemia, esse grande desafio da humanidade. E nós participamos junto. Então essa capacidade intelectual dos conselheiros substitutos, somada a essa capacidade, a grande experiência apresentada pelos conselheiros. E, aqui, desembargador Ronaldo, os conselheiros, o conselheiro Rodrigo Coelho tem uma especialidade grande na área de assistência social, de educação. O conselheiro Sérgio Borges presidiu por quase 50 anos a comissão de finanças. Mas foi justamente - nós somos o guardião da LRF - foi justamente o conselheiro Sérgio Borges que presidiu a comissão de finanças na reconstrução do ajuste fiscal do Estado. Então isso é muito importante. O conselheiro Sérgio Aboudib atuou fortemente na área de segurança, quando foi chefe da Casa Civil. O conselheiro Luiz Carlos Ciciliotti, na área de saúde, servidor, também, tanto do Estado como do Município de Vitória. Então trouxe também muita experiência nessa área. O conselheiro Carlos Ranna, que também saiu dos quadros*

do Tribunal, de auditor de controle externo, depois conselheiro substituto, foi também auditor. Ele que implementou a auditoria geral do Estado, que hoje é o controle interno do Estado do Espírito Santo. O conselheiro Domingos Taufner, que fez uma - hoje, híbrido é uma palavra da moda - mas ele fez uma carreira híbrida. Começou na política, tem formação em engenharia mecânica e em direito, mestre e tudo; foi vereador. E depois passou em vários concursos. E entrou no Tribunal, também nesse duro concurso do Ministério Público de Contas. E veio a ser conselheiro. Então esse é um ativo. Isso que o conselheiro João Luiz relator, como experiência de vida pessoal, é um testemunho pra nós e pra sua família. E tenha certeza, conselheiro João Luiz, quando eu insisti pra que vossa excelência falasse, é porque têm muitos servidores que tem muita admiração pela sua trajetória, pela sua atuação, principalmente naquele momento complicado que o Tribunal viveu. E não adianta fechar os olhos, viveu mesmo. E o senhor deu uma contribuição muito importante pro Tribunal. E agora, em sua despedida, faz esse relato emocionado. Então echo que seria importante registrar nos anais desta Casa. É a primeira vez, acho, que fazemos uma despedida desse jeito. Espero que a próxima demore bastante. Mas seja muito feliz! Todos já falaram em nossas sessões. Então eu declaro encerrada. **O SR. DESEMBARGADOR RONALDO GONÇALVES DE SOUSA** – Pela ordem! Primeiramente, eu queria agradecer a vossa excelência por estes dois anos de pandemia, a parceria desta Casa, com a atitude de vossa excelência teve para com o nosso Tribunal. Tivemos muitas conversas aqui, no Palácio Anchieta, e de outros locais. E vossa excelência sempre foi uma pessoa cordata, amiga, como conselheiro, as nossas conversas, inclusive com o governador. Momentos difíceis que passamos. Fecha Tribunal, abre Tribunal, fecha o interior todo, não fecha... Mas vossa excelência foi um grande parceiro. Quero deixar aqui minha palavra de parabéns pelos 64 anos desta Corte de Contas, que foi criado lá pelos idos de 1957. E dizer que este Tribunal tem cumprido sua missão. E tenho certeza que continuará nesse rumo correto de fiscalizar as contas dos poderes e demais instituições. Quero trazer uma palavra para o nosso aposentando aqui, conselheiro Cotta Lovatti, que acabei de saber, que também foi oficial de justiça. Foi oficial de justiça no poder judiciário. E como as coisas mudam. Como as pessoas,

com a sua perseverança, podem chegar em seus sonhos, desde que trabalhe pra que esses sonhos sejam realizados. Em meus discursos de posse, eu sempre falei sobre os sonhos. Porque os sonhos não envelhecem. Mas você se baseia com que esses sonhos aconteçam. E pra que eles aconteçam é preciso determinação. Sem determinação, não chegamos a nada. Ouvei o ministro falar aqui sobre amores. E a nossa terra, como já dizia o poeta, a terra de encantos e de amores, vou falar uma poesia, relatando amor e amores. Era um indivíduo apaixonado que ficou sem o seu amor. Ele dizia: "A imagem de nossas almas está nas águas profundas, quanto mais tristes, mais calmas; quanto mais calmas, mais fundas. Para esquecer-te, outras amo, mas vejo, por meu castigo, que qualquer outra que eu ame, parece sempre contigo. Por que os mortos pesam tanto, fechados em seu caixão? Querida, pesa é a saudade da vida fechada do coração. Tu censuras de minha alma esse alvoroço, esse ardor... Mas quem tem amor e tem calma, tem calma ... não tem amor... .É verdade que a sombra vai pelo chão. E é assim também a saudade, a sombra do coração". Muito obrigado! **O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN** – *Opa! Não podíamos encerrar de forma melhor! Parabéns mais uma vez. Agora sim, está encerrada a sessão. Obrigado!* – **ORDEM DO DIA** – Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente, conselheiro RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN, declarou encerrada a sessão às dezesseis horas e cinquenta minutos, convocando, antes, os excelentíssimos senhores conselheiros, senhores conselheiros substitutos e senhor procurador para a próxima sessão ordinária do Plenário, a realizar-se, por videoconferência, na próxima terça-feira, dia 28 de setembro, à hora regimental. E, para constar, eu, LUCIRLENE SANTOS RIBAS, secretária-geral das sessões em substituição, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, vai por mim assinada, bem como pelo senhor presidente, demais conselheiros, conselheiros substitutos e senhor procurador.

CONSELHEIRO RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN
PRESIDENTE

CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER

CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES

CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO

CONSELHEIRO LUIZ CARLOS CICILIOTTI DA CUNHA

CONSELHEIRA SUBSTITUTA MÁRCIA JACCOUD FREITAS

CONSELHEIRO SUBSTITUTO APOSENTADO JOÃO LUIZ COTTA LOVATTI

CONSELHEIRO SUBSTITUTO MARCO ANTONIO DA SILVA

PROCURADOR-GERAL DE CONTAS LUIS HENRIQUE ANASTÁCIO DA SILVA

LUCIRLENE SANTOS RIBAS

SECRETÁRIA-GERAL DAS SESSÕES EM SUBSTITUIÇÃO